

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PREFÁCIO	9
SOBRE OS AUTORES	11
1. UM PREJUÍZO SOFRIDO COMO COTISTA PODE SER RECLAMADO DO PRÓPRIO FUNDO OU DOS SEUS PRESTADORES DE SERVIÇOS ESSENCIAIS?.....	33
FELIPE DEMORI CLAUDINO, GABRIEL LIMA FONTES MARQUES E CECÍLIA FERNANDES BARRETO MACHADO COSTA	
I – Introdução	33
II – Regime jurídico dos fundos de investimento no Brasil	34
III – A experiência estrangeira.....	40
III.1. – Direito norte-americano	41
III.2. – Direito português	43
III.3. – Direito italiano	45
III.4. – Direito francês	47
III.5. – Direito alemão	50
IV – Conclusão	53
V – Referências	54
2. O DIREITO DE RETIRADA NOS FUNDOS DE INVESTIMENTO	55
JOÃO PEDRO NASCIMENTO, PEDRO WOHLCKE THIENGO E VÍCTOR RONDON MOURA	
I. Contextualização.....	55
II. A natureza jurídica dos fundos de investimento	56
II.1. Os fundos de investimento e a personalidade jurídica	58
III. As características dos fundos de investimento como vetores de interpretação da CVM.....	61
IV. O direito de retirada dos cotistas nos fundos de investimento	62

IV.I.	Diretrizes da CVM para a dispensa do reembolso das cotas (Processo Administrativo CVM n. 19957.001217/2025-22)	65
V.	Conclusão	67
3.	“OMITO DO CONDOMÍNIO”: A NATUREZA JURÍDICA DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO NO BRASIL EM PERSPECTIVA COMPARADA.....	69
	GRASIELA CERBINO, MARIANA ARRUDA E FELIPE ELLERY	
1.	Introdução e escopo do tema	69
2.	A natureza jurídica dos fundos de investimento no direito comparado .	70
2.1.	Direito norte-americano	70
2.2.	Direito europeu	77
	(a) UCITS.....	78
	(b) AIF	83
2.3.	Direito inglês	85
	(a) <i>Unit trusts</i>	88
	(b) <i>Open-ended investment companies</i>	88
	(c) <i>Investment trusts</i>	89
3.	A natureza jurídica e a governança dos fundos de investimento no Brasil em vista da perspectiva internacional	91
	(a) Base legal e natureza jurídica	91
	(b) Governança e atribuições	93
	(c) Comparação internacional	94
4.	Conclusão	95
	Bibliografia.....	96
4.	CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE A QUALIFICAÇÃO LEGAL DO FUNDO DE INVESTIMENTO COMO CONDOMÍNIO DE NATUREZA ESPECIAL	101
	NELSON EIZIRIK, MARCUS DE FREITAS HENRIQUES E HARIFE EUGENIO	
1.	A qualificação legal do fundo de investimento promovida pela Lei nº 13.874/2019	101
2.	Aspectos estruturais dos fundos de investimento	103
3.	Aspectos funcionais dos fundos de investimento.....	105
3.1.	Fundos de investimento tradicionais.....	105
3.2.	Fundos de investimento não tradicionais	106
3.3.	Aproximações funcionais entre fundos tradicionais e não tradicionais.....	107
4.	Teorias sobre a natureza jurídica do fundo de investimento.....	108
4.1.	Condomínio	108

4.2.	Propriedade em mão comum.....	110
4.3.	Sociedade empresária	110
5.	A qualificação jurídica dos fundos de investimento como patrimônio separado	112
6.	Considerações finais.....	119
7.	Referências bibliográficas	120
5.	ADMINISTRADORES FIDUCIÁRIOS CATIVOS? O DIREITO À RENÚNCIA NA RESOLUÇÃO CVM Nº 175/2022.....	123
	JULIANA BOTINI HARGREAVES VIEIRA E CAMILA TINOCO	
1.	Introdução.....	123
2.	Evolução da regulação do direito à renúncia dos administradores fiduciários	124
2.1.	ICVM 215 e ICVM 302: as primeiras normas.....	124
2.2.	ICVM 409: o estabelecimento de um novo paradigma	125
2.3.	ICVM 555: perpetuação do modelo da ICVM 409	127
2.4.	RCVM 175: a origem do novo entendimento da CVM	129
3.	Relato do caso	136
3.1.	1ª Consulta	136
3.2.	1º Ofício da CVM.....	136
3.3.	2ª Consulta	137
3.4.	2º Ofício da CVM.....	137
3.5.	Recurso ao colegiado	138
3.6.	Novo pronunciamento da área técnica.....	138
3.7.	Decisão do Colegiado	138
4.	Análise do caso	139
4.1.	A ruptura interpretativa promovida pela decisão da CVM	139
4.2.	A Remissão ao Capítulo XIV da RCVM 175 e a Interpretação Sistemática da Norma	140
4.3.	O § 1º do artigo 126 e a pretensa inovação regulatória	142
4.4.	A preocupação com a “liquidação desordenada”	142
4.5.	Consequências práticas: prestadores cativos, fundos estressados e desincentivos de mercado	143
4.6.	A via excepcional da dispensa e os parâmetros fixados pelo colegiado	144
5.	Conclusão	145
6.	Bibliografia	146

6.	O VOTO DO FII COTISTA DE OUTRO FII: BREVES NOTAS SOBRE CONFLITO DE INTERESSES NA SUBSTITUIÇÃO DO GESTOR DE RECURSOS	149
	DANIEL DE ÁVILA VIO E THAÍS VIEIRA LIMA	
1.	Introdução.....	149
2.	Ausência de proibição de voto <i>ex ante</i> na substituição pelo próprio gestor.....	154
3.	Conflito material e implicações internas e externas ao FII investidor	158
4.	Notas sobre problemas decorrentes do anonimato dos cotistas	164
5.	Conclusão	166
	Bibliografia.....	167
7.	A EVOLUÇÃO DA REGULAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO NO BRASIL: RESOLUÇÃO CVM 175 E A MARCHA DA ESPECIFICAÇÃO DE DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS PRESTADORES DE SERVIÇO..	169
	CARLOS PORTUGAL GOUVÊA	
	Introdução	169
1.	O histórico da regulação dos fundos de investimento no Brasil	170
2.	Os prestadores de serviços em um fundo de investimento	174
3.	A evolução da especificação das responsabilidades dos prestadores de serviço na regulação e na jurisprudência administrativa.....	176
	Conclusão	180
	Referências.....	181
8.	ACORDO DE COTISTAS E GOVERNANÇA NO FIP	183
	MÁRCIA SETTI E FERNANDA FERRARI	
1.	Fundo de Investimento em Participações	183
2.	Sociedades Investidas e Acordos de Sócios	184
3.	Acordo de Cotistas de FIP.....	185
4.	Estruturas de FIPs e os Respectiveivos Acordos de Cotistas	187
5.	Boas Práticas em Acordos de Cotistas	190
6.	Governança, Instrumentos e Veículos para sua Implementação	192
7.	Conclusão	196
9.	A RESPONSABILIDADE CIVIL SOLIDÁRIA DOS PRESTADORES DE SERVIÇO A FIDC: IMPACTOS DA LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA E DA RESOLUÇÃO CVM 175/2022 SOBRE A SOLIDARIEDADE DE ORDEM LEGAL.....	199
	GUILHERME ENRIQUE MALOSSO QUINTANA	
	Introdução	199

1.	O dever fiduciário como pedra angular da responsabilidade dos prestadores de serviço.....	200
1.1.	A natureza e a extensão do dever fiduciário	200
1.2.	Implicações do descumprimento do dever fiduciário – inadimplemento da obrigação de meio	202
2.	A evolução do panorama regulatório dos FIDC: do dever de fiscalizar ao dever de verificar	203
2.1.	O regime anterior: a centralização da supervisão no administrador e custodiante como prestador essencial	203
2.2.	A transição impulsionada pela Lei de Liberdade Econômica	204
2.3.	O marco da Resolução CVM 175/2022: a individualização de atribuições que não implica diminuição dos deveres fiduciários	205
3.	A persistência da responsabilidade solidária dos prestadores de serviço no direito civil	207
3.1.	A insuficiência da norma regulatória para excluir a solidariedade	207
3.2.	O nexo de causalidade como critério determinante para a solidariedade, independentemente da individualização de condutas	210
3.3.	O nexo causal como fundamento para responsabilidade solidária na jurisprudência estatal: o <i>leading case</i> dos Fundos Silverado ..	212
4.	Hipóteses de concorrência de condutas no ciclo operacional do FIDC sob a Resolução CVM 175/2022	216
4.1.	Análise de áreas de sobreposição de deveres remanescentes	216
4.2.	A concausalidade na prática: cenários hipotéticos de responsabilização solidária	218
	Conclusão	220
10.	A RECONFIGURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE NOS FUNDOS DE INVESTIMENTO: O COPROTAGONISMO ENTRE ADMINISTRADOR FIDUCIÁRIO E GESTOR NA RESOLUÇÃO CVM Nº 175/2022	221
	ALEXANDRE RANGEL E SOFIA GRÜNEWALD BRUM	
I.	Introdução	221
II.	Breve Histórico Regulatório	227
a.	Instrução CVM nº 409/2004	227
b.	Instrução CVM nº 555/2014	229
III.	Nova delimitação de responsabilidades do administrador fiduciário e do gestor de recursos: o regime da Resolução CVM nº 175/2022	233
a.	Responsabilidade Civil e Responsabilidade Administrativa dos Prestadores de Serviços Essenciais	238

IV.	Considerações Finais.....	243
V.	Bibliografia	243
11.	APLICAÇÃO DO REGIME DA INSOLVÊNCIA CIVIL AOS FUNDOS DE INVESTIMENTO	245
	JULIANA PAIVA FRANCO NETTO DA COSTA	
	Introdução	245
1.	O instituto da insolvência civil	246
1.1.	A especialidade do direito concursal brasileiro	246
1.2.	Da execução por quantia certa contra devedor insolvente	251
1.3.	Das preferências e privilégios creditórios.....	254
1.4.	O “novo” Código de Processo Civil e o ostracismo da insolvência civil.....	256
2.	O fundo de investimento insolvente.....	261
3.	Aplicação do regime da insolvência civil aos fundos de investimento....	267
3.1.	A questão da natureza não empresária	267
3.2.	A questão da ordem de pagamento dos credores	271
3.3.	A questão da insolvabilidade temporária	273
3.4.	A questão do regime especial	276
4.	Da substituição do regime da insolvência civil pelo regime da Lei 11.101	278
	Conclusão	279
	Referências bibliográficas.....	281
12.	O CONFLITO DE INTERESSES NA GESTÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	285
	GUILHERME COOKE E LUCAS HERMETO	
	Introdução	285
1.	Origem, finalidade e essência dos fundos de investimento. O pressuposto essencial: a separação entre propriedade e gestão dos recursos	286
2.	O outro lado: os conflitos de interesses do gestor.....	292
3.	Estratégias regulatórias para lidar com esses conflitos	298
(a)	Sob um ângulo mais geral: a governança dos fundos de investimento.....	298
(b)	Sob um ângulo ainda de natureza geral: os deveres fiduciários ..	301
(c)	Agora sim, sob o ângulo específico do procedimento para a prática do ato de investimento de potencial interesse do gestor.....	302
4.	Um exemplo específico do uso de uma daquelas estratégias regulatórias: a vedação ao “rebate” e ao recebimento de outras vantagens pelo gestor	306
	Conclusão	308

13. INSIDER TRADING EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS: ALGUMAS REFLEXÕES SOB A PERSPECTIVA PENAL	309
MAÍRA BEAUCHAMP SALOMI	
1. Introdução	309
2. Breve histórico sobre o <i>insider trading</i> no Brasil	311
3. <i>Insider trading</i> em fundos de investimentos: uma nova previsão administrativa	316
4. Relevância da regulamentação administrativa para o tipo penal: assessoriedade administrativa	325
5. Reflexos das alterações regulatórias para a responsabilização penal	333
6. Conclusões	341
7. Referências bibliográficas	342
14. FUNDO DE INVESTIMENTO E SCP: SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E APLICAÇÕES PRÁTICAS	345
FERNANDA FERRARI	
1. Introdução	345
2. Sociedade em conta de participação	345
3. Fundos de investimento	346
4. Constituição, administração e formalidades	347
5. Governança e tomada de decisão	348
6. Responsabilidade dos investidores	349
7. Planejamento sucessório e proteção patrimonial	349
8. Conclusão	350
15. AS OBRIGAÇÕES DO GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO	353
RICARDO MAFRA	
Introdução	353
1. Noções essenciais sobre o fundo financeiro e o papel do gestor	354
1.1. O fundo de investimento financeiro	354
1.2. O papel do gestor	359
2. Obrigações do gestor de fundo financeiro	361
2.1. Obrigações referentes à gestão da carteira em si	361
2.2. Deveres de informação e organização documental	365
2.3. Normas de conduta	366
3. Aferição do adimplemento das obrigações	368
Conclusão	372
Referências	373

16. FUNDOS DE INVESTIMENTO FINANCEIRO – O REGIME REGULATÓRIO DO INVESTIMENTO NO EXTERIOR E DA PRESTAÇÃO DE GARANTIAS ...	375
MARCO BACCARI DE GODOY E JULIANA NEVES BONFIGLIOLI GALLI MONTEIRO ALVES	
1. Introdução.....	375
2. A evolução da regulação do investimento no exterior por fundos brasileiros.....	376
2.1. O primeiro marco regulatório: Instrução CVM nº 450/07.....	377
2.2. O segundo marco regulatório: Instrução CVM nº 465/08.....	379
2.3. O terceiro marco regulatório: Instrução CVM nº 555/14.....	381
2.4. O quarto marco regulatório: Resolução CVM nº 175/22.....	388
2.5. Discussões mais recentes sobre investimento no exterior.....	390
3. Veículos <i>offshore</i> sob influência: suas características típicas e o racional por trás da estrutura legal.....	393
3.1. O regime particular dado pela CVM 175 aos veículos <i>Offshore</i> sob influência.....	394
3.2. A perspectiva societária dos veículos <i>Offshore</i> sob influência.....	396
3.3. Os veículos <i>Offshore</i> sob influência e o desempenho de atividade regulada no exterior.....	399
3.4. Os veículos <i>offshore</i> sob influência e a avaliação do risco de crédito por suas contrapartes.....	402
4. A CVM 175 e a flexibilização da prestação de garantias.....	404
4.1. O regime da CVM 555.....	404
4.2. O novo regime regulatório trazido pela CVM 175.....	406
4.3. Os esclarecimentos do Ofício-Circular nº 2/2024/CVM/SI.	408
5. Conclusão.....	410
Referências bibliográficas.....	411
17. INVESTIMENTO NO EXTERIOR POR FUNDOS DE INVESTIMENTO: BREVE HISTÓRICO DO CENÁRIO BRASILEIRO	413
CATARINA CAMPOS DA SILVA PEREIRA	
1. Introdução.....	413
2. O período anterior à Resolução CVM nº 175/2022.....	415
2.1. Primeiros passos: a Instrução CVM nº 409/2004 e suas alteradoras.....	415
2.2. O segundo ciclo: a Instrução CVM nº 555/2014 e o período de 2015 a 2022.....	419
3. O novo marco regulatório: alterações promovidas pela Resolução CVM nº 175/2022.....	424
3.1. Fundos de Investimento Financeiro.....	424
3.2. Outras categorias de fundo de investimento.....	429

3.2.1. Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	429
3.2.2. Fundos de Investimento em Participações.....	431
4. Conclusão	434
18. A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS DISTRIBUIDORES DE COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO ABERTOS E A INADEQUADA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	437
ANTONIO PEDRO GARCIA DE SOUZA E HELENA ACKER	
I. Introdução.....	437
II. Papel dos distribuidores de cotas de fundos de investimento abertos	438
III. Deveres dos distribuidores.....	441
a) A precisão e veracidade das informações relativas ao fundo competem ao gestor, não ao distribuidor	441
b) Dever de <i>suitability</i>	442
c) Outros deveres.....	444
IV. Responsabilidade civil dos distribuidores e seus limites	444
V. Críticas à aplicação do Código de Defesa do Consumidor e ao alargamento da responsabilidade dos distribuidores.....	447
a) Inaplicabilidade do CDC	448
b) Ausência de solidariedade e responsabilidade subjetiva: Responsabilidade dos distribuidores deve respeitar seu papel e seus deveres.....	451
c) Ainda que seja aplicado o CDC: Responsabilidade dos distribuidores não é automática.....	453
VI. Conclusão	455
19. A PARTICIPAÇÃO DO COTISTA NA GESTÃO DO FUNDO DE INVESTIMENTO	457
ANDRÉ WAKIMOTO E MARIA ESTELA GUEDES	
1. Introdução.....	457
2. A forma obedece à função: o que significa participar da gestão?	459
3. Mecanismos de participação e fronteiras regulatórias.....	464
4. Riscos derivados da participação de cotistas na gestão de fundos de investimento.....	469
4.1. Risco de Desconsideração de Personalidade Jurídica.....	469
4.2. Riscos aos Prestadores de Serviços Essenciais.....	471
4.3. Classificação do Fundo como Entidade de Investimento.....	472
5. Conclusão	474
Referências	475

20. BREVE ABORDAGEM SOBRE AS FONTES DE INTEGRAÇÃO DO DIREITO APLICÁVEIS AOS FUNDOS DE INVESTIMENTO	477
RICARDO DE SANTOS FREITAS	
Introdução	477
1. As fontes de integração no ordenamento jurídico pátrio.....	478
2. As fontes de integração e os fundos de investimento	479
3. A natureza jurídica dos fundos de investimento	480
4. A Lei da Liberdade Econômica	484
5. Personalidade jurídica e implicações tributárias.....	488
6. Disfuncionalidades.....	489
7. Conclusão e proposições	495
21. O DEVER DE FISCALIZAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS ESSENCIAIS	497
CAIO MACHADO FILHO E VICTOR DE MIRANDA VALVERDE TERRA	
1. A estrutura jurídica dos fundos de investimento	497
2. Os prestadores de serviços essenciais e seu dever de fiscalização	500
3. A análise do cumprimento do dever de fiscalização sob o prisma do dever de diligência	505
4. <i>Red flags</i> e a deflagração do (sub)dever de investigar	513
5. Conclusão	516
22. CONFLITO ENTRE DEVER DE REVELAÇÃO E DEVER DE SIGILO NOS FUNDOS DE INVESTIMENTO	519
FERNANDO KUYVEN, GABRIEL VERAS E JOÃO LUIS NOGUEIRA MATIAS FILHO	
1. Introdução.....	519
2. Fundamentos Normativos do Dever de Revelação.....	520
3. Fundamentos Normativos do Dever de Sigilo sobre Estratégias de Investimento	522
4. Mecanismos regulamentares de proteção estratégica.....	524
4.1. Submissão à assembleia de cotistas como inovação regulamentar	525
4.2. Proteção diferenciada para fundos exclusivos ou restritos.....	526
5. Mapeamento dos Conflitos Informativos	526
5.1. Contingências ativas e processos judiciais e arbitrais confidenciais	526
5.2. Estratégias comerciais e informações de terceiros.....	527
6. Mecanismos de Harmonização e Governança Informacional	528
6.1. Distribuição de competências entre prestadores de serviços.....	528
7. Conclusão	530

Referências.....	531
23. A INADEQUAÇÃO DA TESE DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM HIPÓTESE DE FRAUDE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS: UM ESTUDO DO CASO INFINITY	533
PEDRO MOTA E SOFIA SAAD GONÇALVES	
1. Introdução	533
2. A natureza jurídica dos fundos de investimento	535
3. Prestadores de serviços essenciais: deveres fiduciários e responsabilidade.....	538
4. Legitimação indenizatória referente a danos sofridos pelo fundo	541
5. Conclusão: a impossibilidade de responsabilização dos fundos de investimento no caso Infinity	544
24. E O DISTRIBUIDOR? DEBATES SOBRE A RESPONSABILIDADE DO DISTRIBUIDOR DE COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO	547
CAROLINA CURY E MARIA EDUARDA LEMGRUBER	
1. A distribuição de cotas de fundo de investimento.....	548
1.1. As modalidades de distribuição	550
1.1.1. O investimento direto	551
1.1.2. O investimento por conta e ordem.....	551
2. Os prestadores de serviços essenciais dos fundos de investimento	551
3. A responsabilidade civil dos prestadores de serviço dos fundos de investimento.....	552
4. Conclusão	557
25. EXCLUSÃO DE COTISTA EM FUNDOS FECHADOS	559
MARCELO VIEIRA VON ADAMEK, THALES CASTANHA E CAMILA BOVOLATO	
1. Introdução	559
2. Regime jurídico das classes fechadas: irretratabilidade individual e cabimento excepcional da exclusão do cotista.....	561
2.1. Regra geral: irretratabilidade individual do cotista de fundo fechado.....	561
2.2. O dever de lealdade como fundamento para a admissibilidade atípica da exclusão de cotista.....	563
2.3. Direito comum como fonte de critérios (e não de efeitos).....	567
3. Arquitetura da exclusão do cotista: execução e controle.....	569
3.1. Admissibilidade da exclusão como medida de <i>ultima ratio</i> e a necessária presença de falta grave legitimadora da exclusão	570
3.2. Operacionalização econômica da exclusão: medidas que preferencialmente não utilizem o patrimônio do fundo.....	573

4.	Conclusão	577
5.	Bibliografia	578
26.	SÚMULA 297 DO STJ, CDC E OS FUNDOS DE INVESTIMENTO.....	581
	LEONARDO GUERZONI FURTADO DE OLIVEIRA	
1.	Introdução	581
2.	A Súmula n. 297 do STJ – A “bancarização” do termo instituição financeira e seu impacto na aplicação do CDC	583
3.	Todo banco é uma instituição financeira, mas nem toda instituição financeira é um banco.....	586
4.	O fundo visto como instituição financeira e a aplicação do CDC.....	590
5.	As ressalvas da jurisprudência quanto à aplicação do CDC.....	599
6.	Fundos de investimento – especificidades afastam a aplicação do CDC	608
6.1.	A dicotomia consumo <i>versus</i> investimento	608
6.2.	O Fundo como Condomínio de Natureza Especial.....	610
6.3.	A Lei de Liberdade Econômica e o conflito normativo.....	613
6.4.	A regulação específica.....	617
6.5.	Direitos e deveres dos cotistas.....	622
7.	Conclusão	623
27.	A OPERAÇÃO FRAUDULENTE EM FUNDOS DE INVESTIMENTO: CONTORNOS E LIMITES DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS ESSENCIAIS	625
	OTTO E. F. DE ALBUQUERQUE LOBO, MAURÍCIO BULÇÃO FILHO E TOMÁS SILVEIRA FERNANDES	
1.	Considerações iniciais	625
2.	A relação de confiança entre cotistas e prestadores de serviços nos fundos de investimento	627
3.	Operação Fraudulenta.....	632
4.	Violação a Deveres Fiduciários	636
5.	Dever de Fiscalizar	640
6.	Conclusão	642
	Bibliografia.....	643
28.	O PAPEL DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO NA DEMOCRATIZAÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO.....	645
	NORMA JONSSSEN PARENTE E LUIZ FILIPE OLIVEIRA SANTOS	
1.	Introdução.....	645
2.	Funções dos Fundos de Investimento	646

3.	Tipos de investidores e sua relação com os fundos.....	648
4.	Análise do FIP e do FIDC.....	650
4.1.	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.....	650
4.2.	Fundo de Investimento de Participações	653
5.	Choque entre a proteção da regulamentação e a liberdade do investidor – Comparação com o mercado de apostas.....	655
6.	Propostas para Equilibrar Proteção e Liberdade no Mercado de Capitais	657
7.	Conclusão	658
8.	Bibliografia	659
29.	ACORDO DE COTISTAS EM FUNDOS DE INVESTIMENTO: CASOS E ASPECTOS PRÁTICOS.....	661
	MÁRIO TAVERNARD MARTINS DE CARVALHO	
1.	Introdução.....	661
2.	Acordo de sócios e as especificidades dos fundos de investimento	663
3.	Resolução CVM n. 175/2022 e a vinculação dos prestadores de serviços.....	666
4.	Casos práticos.....	666
4.1.	Preservação do patrimônio familiar e geração de renda	667
4.2.	Gestão de caixa e afetação dos recursos	669
4.3.	Governança e autotutela.....	670
5.	Considerações finais.....	672
30.	O NOVO ARRANJO DOCUMENTAL DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO: OUTRO CONVITE DA RESOLUÇÃO CVM Nº 175 PARA UMA TRANSFORMAÇÃO DA INDÚSTRIA	673
	DANIEL MAEDA	
	Introdução	673
	Das Classes e Subclasses.....	673
	Regulamento, Anexo Descritivo e Apêndice Descritivo	675
	Reflexões propositivas sobre o novo ecossistema documental de fundos.....	676
	Conclusão	679
	Referências.....	680
31.	OS CUSTOS DA ARBITRAGEM E O ACESSO À JUSTIÇA: UMA NOVA PERSPECTIVA	681
	JOÃO PAULO HECKER DA SILVA, RONALDO VASCONCELOS E VICTÓRIA SBRUZZI MESSMAR	
I.	Introdução.....	681

II.	O Princípio do Acesso à Justiça.....	685
III.	O peso dos custos na arbitragem.....	688
IV.	Regulamentos das Câmaras Arbitrais, Jurisprudência Empresarial nacional e a questão nos EUA	697
V.	Incapacidade econômica das partes e força vinculante da cláusula compromissória	709
VI.	Possíveis respostas.....	712
VII.	Conclusão	713
32.	FUNDOS DE INVESTIMENTO: FUNÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E NATUREZA JURÍDICA.....	715
	MILTON BAROSSO FILHO E RACHEL SZTAJN	
1.	Introdução.....	715
2.	Fundos de Investimento: Aspectos Econômicos e Financeiros.....	716
3.	Fundos de Investimento: Origens, Desenvolvimento e Consolidação ...	724
3.1.	A experiência internacional.....	724
3.2.	Os fundos de investimento no Brasil: aspectos gerais	728
3.3.	O nascimento dos fundos de investimento no Brasil.....	730
4.	Conclusões.....	737
5.	Referências	738
33.	IMPUGNAÇÃO DE DELIBERAÇÕES DE ASSEMBLEIA DE COTISTAS NOS FUNDOS DE INVESTIMENTO	741
	GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA E NATÁLIA TAVARES LIMA GIANNASI	
1.	Introdução.....	741
2.	As deliberações de assembleias de cotistas de fundos de investimento ..	742
3.	Natureza jurídica da deliberação assemblear	743
4.	Os vícios dos negócios jurídicos e regimes jurídicos de impugnação.....	747
5.	Aplicação do regime geral do Código Civil aos fundos de investimento	750
6.	Os vícios das deliberações: deliberações nulas, anuláveis, inexistentes e ineficazes.....	754
7.	Decadência	758
8.	Legitimidade ativa e passiva e limites do provimento que desconstitui a deliberação assemblear	762
9.	Conclusão	763
10.	Bibliografia	765

34. RESPONSABILIDADES DOS ADMINISTRADORES E GESTORES NOS FUNDOS DE INVESTIMENTO COM PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO: PROBLEMAS E SOLUÇÕES	769
PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO E VÍTOR MENDES COSTA PINTO	
1. Introdução	769
2. O administrador fiduciário e o gestor de recursos.....	771
3. A evolução na distribuição de responsabilidades entre administradores e gestores	775
4. A atribuição de responsabilidades entre os prestadores de serviços essenciais nos cenários de patrimônio líquido negativo.....	779
5. Problemas e potenciais caminhos	783
6. Conclusão	788
Referências bibliográficas.....	789
35. TRIBUTAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR.....	793
JOSÉ HENRIQUE LONGO E LUIZ HENRIQUE MAZETTO VERONEZI	
1. Introdução	793
2. Regime Anterior: Tributação no Resgate.....	794
3. A Atual Sistemática da Lei nº 14.754/2023	795
3.1. Fundos de Investimento sem controle do contribuinte	795
3.2. Fundos de Investimento com controle	795
3.2.1. Enquadramento dos Fundos de Investimento como Entidades Controladas	795
3.2.2. Paraíso Fiscal ou Renda Ativa inferior a 60%	796
3.2.3. Determinação do lucro dos Fundos de investimento controlados.....	797
3.2.4. Resgate de quotas do Fundo de Investimento	797
4. Comparativo entre os Regimes	798
5. Considerações finais.....	799